



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### CERTIDÃO DE JULGAMENTO

2ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual – 29.7.2021

Pedido de Providências nº 1.00308/2021-41

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará

Requerido: Procuradoria da República – Ceará

Interessadas: André Luís Simões Jácome; Livia Maria de Sousa

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público Federal em Ceará. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.004319/2019-77. Apuração de movimentações financeiras atípicas, relatadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), por parte de servidora pública municipal. 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte. Procuradoria da República em Juazeiro do Norte.

**Decisão:** O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado pelo órgão suscitante para resolvê-lo com a fixação de atribuição do Ministério Público do Estado do Ceará, o suscitante, para apurar os fatos indicados no Procedimento Investigatório Criminal, determinando a remessa dos autos ao *Parquet* estadual, nos termos do voto do Relator. Não votaram, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal e o representante indicado pelo Senado Federal.

Ronise Falcão Loureiro Rego  
Analista Jurídico